

EMPREENDEDORISMO E PRONATEC EMPREENDEDOR: A FORMAÇÃO DO NOVO MODELO DE SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Graziany Penna Dias

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista pela Capes. Pesquisa orientada pelo professor Rubens Luiz Rodrigues. Membro do Grupo de Estudos Trabalho, Educação Física e Materialismo Histórico (GETEMHI). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas/Campus Juiz de Fora. E-mail de contato: graziany.dias@ifsudestemg.edu.br.

Introdução

A presente pesquisa, em andamento, tem por objetivo analisar o avanço do empreendedorismo na educação, via política pública do governo federal por meio do PRONATEC EMPREENDEDOR, que é uma sub-ação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) firmado a partir do acordo de Cooperação nº 50/2013, onde está estabelecida a parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Nacional (SEBRAE) e o Ministério da Educação (MEC).

A perspectiva da nossa análise será localizar a constituição do discurso da educação empreendedora e sua difusão (seja na sua forma metodológica, seja na sua concepção de política pública) para consolidação da nova sociabilidade na linha da Terceira Via (MARTINS e LIMA, 2005; NEVES, 2011), que aponta, sobretudo, o aporte hayekiano, do “individualismo como valor moral radical” (MARTINS, 2009). Pretendemos destacar, também, as consequências políticas e epistemológicas da educação empreendedora para a formação humana, demonstrando a sua contraposição à transformação social.

Partindo da pesquisa do mestrado identificamos que, em 1970, a conjuntura expressa pelo esgotamento do padrão de acumulação fordista aliado à crise do petróleo contabilizou mais uma crise estrutural (FRIGOTTO, 2000), na qual o mundo capitalista avançado mergulhou numa longa e profunda recessão conjunta à inflação (estagflação) (RODRIGUES, 1997). Nesse sentido, o capital precisou realizar um amplo processo de reestruturação, objetivando recuperar o seu ciclo reprodutivo e repor o seu projeto dominante societal (ANTUNES, 2001, p. 47).

No Brasil, especialmente a partir da década de 1990, novas propostas para a formação humana têm ganhado terreno, especialmente, com relação ao seu alinhamento pedagógico com os anseios da classe dominante, na fase atual do modo de produção capitalista. No sentido que Gramsci confere ao pedagógico, vamos entendê-lo da seguinte maneira:

[...] a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolásticas”, [...]. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 1995, p. 37).

Na luta incessante de estabelecer essa hegemonia, com vistas a atingir consenso social um conjunto de noções ideológicas tem sido divulgado/imposto por diversas agências que expressam os interesses dominantes como sendo as grandes balizadoras da formação humana, restrita aos interesses do capital. Seriam estas noções: a competência, a empregabilidade e o empreendedorismo. Essas são produzidas, pelo discurso dominante, como forma de convencer a classe trabalhadora a se adequar às mudanças que vêm ocorrendo no contexto da sociabilidade capitalista.

O empreendedorismo, por seu turno, vem com o intuito de apontar para as pessoas a perspectiva do auto-emprego, enquanto solução para o desemprego estrutural causado pelo próprio metabolismo da acumulação do capital, em face da crise estrutural do capitalismo em 1970 (ANTUNES, 2000).

De acordo com Costa (2004), o empreendedorismo:

[...] é a capacidade de transformar visões em realidade, em qualquer domínio da atividade humana. Assim, uma pessoa pode ser empreendedora atuando na abertura de um negócio próprio, construindo uma carreira no setor privado, atuando no campo das políticas públicas ou dedicando-se a uma causa no Terceiro Setor (COSTA, 2004, p. 253).

O discurso acerca do empreendedorismo se colocaria, dessa forma, apenas como um conjunto de habilidades, capacidades e competências que tem de ser requeridas pelas pessoas que pretendem se lançar no mercado em busca de desenvolver um negócio próprio ou dentro de um setor, ainda formal, seja público ou privado, o que promoveria melhorias sejam estas econômicas ou sociais. Neste sentido, não seria necessárias transformações sociais muito profundas, já que os problemas que os efeitos negativos, ocasionados pelas mudanças que o capitalismo vem passando, seriam solúveis via o empreendedorismo.

Nesse sentido, podemos afirmar que a presente pesquisa detém uma relevância pautada em duas dimensões autoimplicadas: uma de caráter sócio-educativa e outra acadêmica. Pela primeira dimensão, o presente estudo pretende contribuir para revelar o discurso do empreendedorismo, para além da sua aparência imediata, na perspectiva em que nos fala Kosik (2002).

Ao contrário do que as visões apologéticas procuram apresentar, o empreendedorismo não representa um avanço na formação humana para melhoria de existência do gênero humano. Na realidade, o empreendedorismo é uma resposta à precarização do mundo do trabalho e ao movimento de construção da sociabilidade capitalista no século XXI.

Consideramos também que o presente estudo poderá contribuir para fazer frente aos discursos que se aproveitam das tragédias propaladas pelas “reformas” (ou contrarreformas), como lei das terceirizações (Lei 13429/2017), a reforma trabalhista (13.467/2017) e a reforma da previdência (MP 739/2016) para sinalizar a oportunidade que representam para o empreendedorismo.

Tome-se como exemplo, a lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017, a chamada lei das terceirizações, sancionada parcialmente pelo então presidente Michel Temer, que em seu Artigo 9º parágrafo 3º diz o seguinte: “O contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços.” (BRASIL, 2017). Como veremos, tal legislação configura-se como um ataque aos poucos setores, como o público, o qual ainda mantinha, em função das resistências da classe trabalhadora, o trabalho socialmente protegido e valorizado.

Com esta formulação fica liberada a terceirização irrestrita da força de trabalho, seja pela esfera pública (nos três níveis), seja pela esfera privada; subvertendo o entendimento pela Justiça de que só seriam passíveis de terceirizações as atividades-meio (o que em si já representava um processo de precarização). O trabalho temporário a partir desta nova legislação, já em vigor, pode ser utilizado tanto para as atividades-fim como nas atividades-meio da empresa ou setor contratante. O resultado imediato dessa lei é a intensificação da precarização do trabalho, com revogações de conquistas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Segundo o Portal da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, cujas agências mantenedoras são a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o SEBRAE, a lei das terceirizações é saudada como grande oportunidade de negócios para as micro e pequenas empresas existentes e para o aparecimento de novas. Nas palavras do presidente do SEBRAE, Guilherme Afif Domingues: “A terceirização é um fator de geração de emprego. É uma oportunidade para o surgimento de muitas atividades para novos empreendedores que hoje são trabalhadores. O operário vira empresário”. (PORTAL LEI GERAL, 2017, s/p). De acordo o presidente do SEBRAE, isso não recairia em precarização, pois segundo levantamento feito, duas em cada três micro empresas não teriam interesse em terceirizar parte de suas atividades-fim. Segundo Guilherme Afif Domingues: “Esse resultado reforça mais ainda a minha tese: a regulamentação da terceirização não deve ser confundida com a precarização da força de trabalho. Precarização é a falta de trabalho” (PORTAL LEI GERAL, 2017, s/p). Considerando esta formulação, a perspectiva de precarização, tão discutida pelos meios acadêmicos como a sociologia do trabalho, é sumariamente descaracterizada, já que não se considera a desproteção social sobre os trabalhadores como precarização, apenas a falta de trabalho. Considerando o quadro que virá, depreende-se que o discurso do empreendedorismo tomará novo vigor, o que impõe a necessidade de análises críticas e qualificadas para fazer frente à perspectiva empreendedora na sua forma ideológica.

No bojo do processo de formação humana, na perspectiva do projeto hegemônico de formação da nova sociabilidade, onde se inscreve o discurso empreendedor, via o Estado, as ações tem se estendido desde a política educacional até o trabalho propriamente dito em sala de aula. Diante disto depreende-se da necessidade de fazer o discurso contra-hegemonico, explorando as contradições do discurso empreendedor e reafirmando a especificidade da escola, enquanto socializadora do conhecimento na sua forma mais desenvolvida, tendo como pano de fundo a contribuição da escola para a transformação social. (SAVIANI; DUARTE, 2012).

Do ponto de vista da relevância acadêmica da pesquisa, entende-se que atualmente a produção científica, acerca do empreendedorismo e sua inserção na educação formal, têm, em sua esmagadora maioria, produções que versam favoravelmente à sua implementação, de forma acrítica, no âmbito educacional de diversos níveis, começando pela educação infantil até a educação superior (COAN, 2011). O discurso, presente em boa parte dos que afirmam a importância do empreendedorismo na educação, procura defender o seu caráter inovador e arrojado (e até mesmo progressista), frente à estrutura monolítica e tradicional que a educação atual tem padecido.

Para o presente estudo nossa questão central é a seguinte: Qual a perspectiva política e pedagógica do PRONATEC-EMPREENDEDOR para a formação do trabalhador no século XXI?

A presente pesquisa tem como objetivo geral, analisar o PRONATEC-EMPREENDEDOR, buscando revelar o significado político e ideológico de tal programa para o mundo do trabalho e suas orientações técnicas e ético-políticas, para formação do trabalhador.

Nesse sentido nossos objetivos específicos são:

- Analisar os fundamentos pedagógicos do PRONATEC-EMPREENDEDOR, buscando identificar a(s) teoria(s) que o fundamenta(m);
- Analisar os fundamentos técnicos e ético-políticos aplicados à formação dos estudantes.

Metodologia

O presente estudo terá como abordagem o materialismo histórico-dialético entendido aqui enquanto um método que tem a preocupação crítica de desvendar a realidade para além dos conflitos de interpretações, desvendando o conflito dos interesses (GAMBOA, 1989).

Neste sentido, a minha opção pelo materialismo histórico dialético perpassa pela visão de uma sociedade que se apresenta em transformação, portanto, não determinada/finalizada. Segundo Lukács (1978, apud LÖWY, 1994). Como destaca a afirmação a seguir:

O materialismo histórico dialético não é somente um instrumento de conhecimento; ele é também, ao mesmo tempo, um instrumento de ação. O conhecimento burguês é essencialmente contemplativo: o sujeito se acha diante de um universo de objetos sociais independentes de si próprio e inalteráveis, que ele observa – segundo o método científico natural. O ponto de vista do proletariado, pelo contrário, visa a transformação revolucionária da realidade social o que instaura uma relação dialética entre o sujeito e o objeto: o proletariado é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto do conhecimento e da história (p. 132).

Assim, os fenômenos que se apresentam na realidade social constituem o mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 2002), que, enquanto tal, aparenta na consciência dos indivíduos, como sendo independente e natural, fora do alcance da atividade social do homem.

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno em algo diferente daquilo que é. **A essência se manifesta no fenômeno.** (KOSIK, 2002, p. 15, grifos nossos).

Consequentemente, quando o homem não consegue enxergar a essência do fenômeno para além do mundo das aparências, não lhe é possível produzir a realidade reconhecendo-se como sujeito transformador. Pois, numa contra via, a pseudoconcreticidade mostra-se como uma “existência autônoma dos produtos do homem” (ibid., p. 19).

Desta monta, o mundo real encontra-se oculto e, por isso, precisa ser desvelado, em busca de se aproximar da verdade. Essas aproximações são sucessivas e permanentes, perfazendo um ir e vir do conhecimento, em relação ao fenômeno analisado. Daí tem-se o *détour* (KOSIK, ibid.), que se apresenta como a única maneira de desnudar os véus que envolvem o fenômeno na busca da sua essência.

Com este intuito, partiremos das categorias do método do materialismo histórico e dialético: totalidade, contradição, mediação e práxis (KUENZER, 1998); com a intenção de nos ajudar a trabalhar a realidade. No caso do presente estudo refere-se a constituição do discurso do empreendedorismo enquanto concepção ideopolítica de consolidação da sociabilidade capitalista pautada na responsabilização individual com assunção dos riscos, na política educacional brasileira do início do século XXI.

No que diz respeito às categorias de conteúdo, para análise do objeto, trabalharemos com as categorias “ser humano”, trabalho e sociabilidade, de modo a nos permitir analisar o PRONATEC-EMPREENDEDOR, na sua especificidade, como forma de revelar o seu projeto de formação humana. Considerando o esforço de apreensão do objeto, nas suas determinações, as categorias citadas terão como fio condutor de análise conceitos do universo gramsciano, que nos ajudarão a compreender este processo, sobretudo a configuração do Estado na perspectiva dessa nova sociabilidade, pela qual perpassará as políticas públicas educacionais. Assim, categorias como Estado Ampliado (ou Integral), intelectual orgânico, intelectual tradicional, ideologia; estarão presentes no âmbito das análises.

Sendo assim, a natureza da presente pesquisa será de análise documental (SEVERINO, 2016). Para tal, será feita uma pesquisa bibliográfica buscaremos referências teóricas, como teses, livros, artigos, dissertações, entre outros, para localizar as linhas e apologias feitas a respeito do discurso do empreendedorismo para formação humana. Esse esforço nos permitirá realizar a pesquisa, investigando os materiais didáticos referentes ao PRONATEC EMPREENDEDOR.

Por fim, cabe destacarmos que a intenção maior com essa pesquisa, extrapola sua constituição como um trabalho acadêmico, mas busca desenvolver um pensamento mais qualificado a respeito do empreendedorismo (como apelo da Terceira Via), que possa ser crítico à visão de mundo desse programa, de caráter conservador e reformista da realidade. E, desta monta, intervir na realidade, procurando contribuir, juntamente com a luta política que se tem travado, no âmbito da pesquisa, da academia e também no chão da escola, contra os processos que veem os espaços de formação, como a escola e a universidade, sob a ótica burguesa, que aponta para uma visão de homem e conhecimento de forma totalmente a-histórica e acrítica.

Resultados e Discussões

Até o presente momento, as análises indicaram que a proposta presente nos materiais do PRONATEC-EMPREENDEDOR, tem se ancorado na perspectiva do lema “aprender a aprender” enquanto aporte teórico a partir do qual diversas propostas didático-pedagógicas têm se apoiado para promover a dita educação do século XXI, ao qual a formação humana

deveria estar atenta com os novos pressupostos contemporâneos da propalada “sociedade do conhecimento”.

Com isso, o lema aprender a aprender, que os materiais do PRONATEC-EMPREENDEDOR apoiam-se perspectiva particularista e provisória do conhecimento, desembocado no nível do irracionalismo pós-moderno (DUARTE, 2005). Pelo aspecto relativista, a implicação decorrente é que o conhecimento não seria ontológico ou explicativo da realidade, mas uma apropriação singular e dependente do local aonde se observa a realidade. Por sua vez, o aspecto subjetivista apontaria que o conhecimento também dependeria de quem o constrói (ibid.).

De acordo com Duarte (2005), essa perspectiva construtivista tem como consequências inelutáveis dos seus pressupostos, em primeiro lugar, a cisão entre epistemologia e ontologia, de modo que a compreensão da realidade exterior não se daria por meio da sua representação e análise, mas pela adaptação do indivíduo ao meio. Em decorrência deste primeiro ponto, o conhecimento especialmente nas suas formas mais desenvolvidas, perderia o seu estatuto de verdade para transformar-se numa perspectiva utilitária do seu valor para a adaptação do indivíduo à realidade. Nessa linha, o conhecimento não resultaria mais de um esforço de compreensão da realidade objetiva, mas das percepções subjetivas que os indivíduos retirariam da sua atividade exclusivamente experiencial, conforme seus desejos e sonhos particulares. (RAMOS, 2010). De acordo com Ramos (2010):

A validade do conhecimento assim compreendido é julgada por sua viabilidade ou por sua utilidade exclusivamente neste âmbito [subjetivo] e, muito além de ser considerado histórico, é tido como contingente. Ou seja, não existiria qualquer critério de objetividade, de totalidade ou de universalidade para se julgar se um conhecimento, ou um modelo representacional, é válido, viável ou útil. (RAMOS, 2010, p. 202).

Nesse processo, não haveria espaço para contradições. Ao contrário, o indivíduo estaria sempre em constante processo de se adaptação à realidade, sem qualquer questionamento, por conta desta suposta capacidade de adaptação natural. Novamente, infere-se na responsabilidade do indivíduo por sua condição de existência debitada ao processo de adaptação ao meio. E, nesta perspectiva, o discurso do empreendedorismo em geral e o que se apresenta especificamente nas formulações do PRONATEC-EMPREENDEDOR sinalizam os aspectos da formação da sociabilidade contemporânea, considerando as demandas para uma formação, em que pesem a individualização e a responsabilização com assunção dos riscos.

Ao final das análises dos materiais, consideramos que será possível demonstrar que a intenção é de formar uma mentalidade empreendedora que é muito mais pretenciosa e abrangente do que a perspectiva empreendedora voltada só a criação do próprio negócio, mas que a ações individuais estejam alicerçadas numa concepção empresarial de mundo

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Adeus ao Trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mudo do trabalho. – 7ª ed. rev. ampl. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação/SEBRAE. **Acordo de Cooperação Técnica nº 50/2013** para implantação do PRONATEC EMPREENDEDOR. Brasília – DF, 2013.

_____. **Lei Nº 13.429, de 31 de Março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acessado dia 18/05/2-17.

COAN, Marival. **Educação para o Empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. 2001. 540 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2001.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Educação para o Empreendedorismo: uma visão brasileira. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DUARTE, Newton. O Construtivismo seria Pós-moderno ou o pós-modernismo seria construtivista. In: DUARTE, Newton (org.). **Sobre o Construtivismo**. – 2ª ed. – Campinas, SP; Autores Associados, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Capitalismo Real**. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez. A Dialética na Pesquisa em Educação: Elementos de Contexto. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto** – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios Teórico-Methodológico da Relação Trabalho-Educação e o Papel da Escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século – 3ª ed. – Petrópolis, RJ, 1998 p.55-75.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, André Silva; LIMA, Kátia Regina de Souza. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, pp. 43-67, 2005.

MARTINS, André Silva. **A Direita para o Social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Ponto vista – Entrevista com Lucia Neves. **Revista Motrivivência**. Ano XXIII nº. 36, p. 236-246, Jun./2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/2175-8042.2011v23n36p236/196>>. Acessado dia 20/07/2016.

PORTAL LEI GERAL. **Terceirização abre espaços para pequenos negócios**. Março 2017. Disponível em: <http://www.leigeral.com.br/novidades/detalhes/7240-Terceirizacao-abre-espacos-para-pequenos-negocios>. Acessado dia 20/05/2017.

RAMOS, Marise N. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

RODRIGUES, José. Da Teoria do Capital Humano à Empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação. **Revista do NETE – Trabalho e Educação** – ago/dez –1997, nº 02 p. 215- 230.

SAVIANI, Dermeval & DUARTE, Newton. (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** – 24ª edição revista e ampliada – São Paulo: Cortez, 2016.